

MIL ANOS
DE FORTIFICAÇÕES
NA PENÍNSULA IBÉRICA
E NO MAGREB
(500-1500)



Edições Colibri

Câmara Municipal de Palmela



○ Castelo dos Mouros (Sintra)

CATARINA COELHO

Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas

Resumo

Instalado num dos cumes sobranceiros da Serra de Sintra, numa área de “caos de blocos” que tão bem caracterizam a área oriental deste maciço isolado, o designado Castelo dos Mouros domina toda uma vasta região de plataformas calcárias, que o rodeiam, constituída por terrenos essencialmente agrícolas pertencentes aos clássicos *agri olisiponenses*.

Segundo um excerto das *Memórias Paroquiais* de 1758, a Serra de Sintra define-se como um marco na paisagem, onde está localizada uma antiga fortaleza a todos os níveis inexpugnável e de alargadas dimensões. A proximidade da vila de Sintra, no “sopé” da Serra – onde foi, igualmente, testemunhada a presença de vestígios arqueológicos do período islâmico – vem comprovar as funções de controle e defesa que esta fortificação encerrava em si mesma.

O aparelho construtivo apresenta uma base executada segundo a técnica apurada de sogas e tição, ainda que sejam perfeitamente identificáveis as várias reconstruções que esta fortificação sofreu, quer após a Reconquista, quer ainda no século XIX, pelas campanhas de embelezamento do Parque da Pena, levadas a cabo por D. Fernando II.

○ Castelo dos Mouros e, nomeadamente, a sua implantação, dominante e de altura, foi amplamente descrita no século XVIII, nas *Memórias Paroquiais de 1758*, segundo as quais a Serra de Sintra se define como um marco na paisagem, onde está localizada uma antiga fortaleza, a todos os níveis inexpugnável e de alargadas dimensões: “(...), servindo de guia aos que navegam o mar oceano, de que está afastado duas legoas (...), compõe-se esta montanha de calhaos de imensa grandeza, (...) sem ligadura, sustentados só no equilíbrio, principalmente os que estão na mayor eminência da

serra, onde se vem vestígios da antiga fortificação dos mouros, formando uma vila sufficientemente considerável” (Fig. 1). Já o denominado Cruzado Osberno, aquando da sua descrição da Conquista de Lisboa, refere que quando parte do exército cristão voltou ao castelo de Sintra o fez com rapidez, “visto que a própria natureza do local lhes impedia o combate ou o cerco” (OLIVEIRA, 1989: p. 56).

O recinto amuralhado, propriamente dito, não pode ser estudado sem estabelecer relação com a vila velha de Sintra, localizada no sopé do morro do castelo. Aqui têm vindo a ser, igualmente, exumados

Fig. 1.
Vista geral,
de Norte,
do Castelo
dos Mouros,
no topo da serra,
e vila de Sintra
em primeiro plano



vestígios materiais e estruturais atribuíveis ao período de ocupação islâmica (séculos IX-XII). A proximidade da vila e o território envolvente apontam para funções de controle e protecção que a fortificação deveria encerrar em si mesma.

A vila de Sintra seria constituída por dois espaços distintos. Por um lado, a área onde actualmente está implantado o paço medieval. Aqui estaria localizado o centro administrativo e político deste centro populacional. Na defesa desta tese, Custódio Vieira da Silva afirma não ter “dúvidas sobre a existência de um paço mouro no interior do recinto fortificado [tornando-se] mais problemático (...) [no entanto] demonstrar a permanência de quaisquer das suas estruturas habitacionais a partir do momento em que os monarcas cristãos o começam a frequentar com mais assiduidade” (SILVA, 1995: p. 204). Ainda que com alguma polémica, poderíamos questionar se o recinto amuralhado/cerca representado nos desenhos de Duarte D’Armas corresponderá a um dos limites desta zona mais selecta da povoação. Por outro, a área específica da medina e arrabalde estender-se-ia pela vila e pela área da Igreja de Santa Maria – edificada após a Reconquista –, sempre referenciada como a zona do arrabalde.

Tipologicamente, o Castelo dos Mouros apresenta uma estrutura de planta irregular. A observação linear deste amuralhado, em associação com o local onde está implantado, bem como o território rural que domina, levanta a questão desta construção se poder considerar um grande albacar. A apoiar tal tese teríamos a existência de uma cisterna localizada à entrada do castelo, ou pelo menos à entrada da actual porta principal, mas seguramente no centro do recinto fortificado.

Contudo, a dimensão do Castelo dos Mouros, a área que nele se encerra e a proximidade da vila, geram algumas dúvidas quanto à definição desta estrutura como um albacar. De facto, trata-se de um espaço muito amplo e dotado de estruturas defensivas imponentes para constituir apenas um local de refúgio das populações ameaçadas. Sobretudo, numa região onde não estão documentados conflitos, antes porém a convivência tolerante entre as várias comunidades, quadro que, aliás, se prolonga e mantém em ambientes pós-Reconquista. A continuação dos trabalhos arqueológicos em curso na área do castelo e as pesquisas que temos vindo a desenvolver irão, com certeza, avaliar o alcance das hipóteses levantadas.

O aparelho construtivo que apresenta revela uma base executada segundo a técnica apurada da sogá e tição. Salvaguardando, no entanto, as várias reconstruções a que foi sujeito, quer após a Reconquista, quer, já, no século XIX, de acordo com o espírito romântico de D. Fernando II, que “invadiu” toda a área da Serra de Sintra, como nos transmite o Padre

Gomes Barreto, em 1836: “Esta obra de si tão fácil, será um embelezamento de gosto original e novo, e certamente o único próprio daquelas veneradas ruínas, onde tudo deve estar em harmonia e fazer sentir o respeitoso sentimento da antiguidade” (BARRETO, 1888: p. 9).

Relativamente ao aparelho propriamente dito, podemos descrevê-lo, a partir do lanço da muralha melhor conservado, que apresenta cerca de 2,13 m de espessura e 15 m de comprimento, no qual estão inseridas duas torres semicirculares. A técnica construtiva – sogá e tição – caracteriza-se, neste caso específico, por faixas de silhares com cerca de 0,30 a 0,40 m de altura, colocados, ora em largura, ora em comprimento, intervaladas por faixas de pedras bastante estreitas e curtas, integradas numa argamassa com grande percentagem de gesso (Fig. 2).



Fig. 2. Troço da muralha conservada

As torres semicirculares existentes são executadas no mesmo tipo de aparelho construtivo e perfeitamente integradas no desenrolar de todo o lanço da muralha em análise. Uma delas é oca desde a base, tendo no exterior uma pequena escada de acesso com cinco degraus. Através dos mesmos accede-se a uma porta com ombreira recortada, cujo vão mede cerca de 1,68 m de altura, por 0,90 m de largura. Podemos observar exemplos semelhantes, na área de Jaén, que sugerem, ainda, a existência de andares de madeira nas torres de Sintra, através da identificação de pequenos buracos, eventualmente, para emadeiramentos.

Idêntico à estrutura da porta, agora descrita, rasgase o pequeno postigo presente neste lanço conservado da muralha. A abertura foi em tempos utilizada como porta de emergência ou escapatória do interior do recinto amuralhado, já que, devido às suas reduzidas dimensões (0,56 m de comprimento, por 0,67 m de altura e 0,60 m de profundidade), se torna impossível atribuir-lhe qualquer outra funcionalidade (Fig. 3). Em épocas posteriores, esta pequena abertura poderá ter servido para escoar águas, pois



observa-se que parte do postigo foi tapado e consequentemente aplanado na base, formando uma rampa para melhor se adaptar à sua nova função. Foram, já, observados alguns paralelos para este tipo de aberturas em Vascos e Talavera de la Reina.



Fig. 3. Pormenor do aparelho do postigo existente na muralha

Entre os 4 e os 5 m de altura, a técnica construtiva altera-se, registando-se uma segunda fase de edificação das muralhas, cujo aparelho de menor qualidade não define uma cronologia precisa. Realce-se que a existência de uma mudança ao nível da técnica utilizada não implica, necessariamente, a presença de uma ruptura político-cultural, isto é, muçulmana-cristã. Existe, no entanto, uma referência, sugerindo que, em 1149, D. Afonso Henriques terá reedificado o castelo, em simultâneo com a nomeação de Ruy Fernandes para Alcaide-mor de Sintra.

Num outro pano da muralha, cujo aparelho se apresenta mais imperfeito, são notórias as diferentes técnicas construtivas empregues. Parece-nos evidente que o aparelho registado na parte superior da parede é um testemunho efectivo das reconstruções do século XIX, após as derrocadas sofridas na centúria anterior, aquando do terramoto de 1755, que registou por toda a região de Sintra sérias destruições.

Se observarmos a parte exterior deste lanço da muralha, podemos constatar, sem quaisquer dúvidas, a área da costura das várias técnicas utilizadas. Neste mesmo troço do recinto amuralhado está implantada a tradicionalmente chamada porta árabe do Castelo dos Mouros. É formada por um arco de ferradura, já alterado, mas característico neste tipo de elementos. Esta porta encontra-se, actualmente, bastante degradada, uma vez que dá acesso a uma torre, no interior da qual foi instalado, há já alguns anos, o posto de electricidade que abastece toda a rede de iluminação do monumento.

Realce-se, entretanto, a existência de uma passagem muito estreita e até escondida que dá acesso à área exterior da muralha, junto à torre anteriormente referida, com cerca de 0,80 m de largura e 1,00 m de

altura. Não sabemos se esta passagem existia na estrutura original, funcionando como infra-estrutura de escoamento de água para o exterior, ou se estamos na presença de uma recriação romântica da ruína.

Quanto à cisterna, temos relatos anteriores ao terramoto de 1755, que a caracterizam da seguinte forma: "(...) uma fonte singular, distante das primeiras três torres trezentos passos entra-se para ela por uma porta pequena, que tem dois degraus, que estão metidos dentro de água. É esta fonte coberta de abóbada com três arcos primorosamente obrados e se acha com duas fendas arruinada (...), tendo o comprimento de setenta e três palmos e a largura vinte e seis". Tal referência leva-nos a pensar que os restauros feitos por D. Fernando II, poderão ter respeitado a originalidade dos edifícios, valendo, igualmente, esta hipótese para as restantes obras efectuadas na estrutura da fortificação.

Será necessário, ainda, referir que, próximo da cisterna e do troço de muralha original, existem duas habitações arruinadas que poderão ter sobrevivido pela sua subsequente utilização. Note-se na adaptação de dois compartimentos de uma delas para albergar animais. Será interessante, também, observar com alguma atenção o aparelho que compõe as paredes atrás referidas.

A existência de um estreito adarve escalonado com um pequeno murete sugere alguma relação com os exemplos das estruturas amuralhadas de Badajoz, Cáceres e Silves.

Continuando a análise desta fortificação, e apenas tendo em conta a planta e a observação directa das ruínas, podemos avançar com a hipótese do Castelo dos Mouros delimitar no interior da estrutura amuralhada três áreas funcionalmente distintas, a saber: (1) uma espécie de micro-alcáçova; (2) o restante espaço habitacional do recinto fortificado, e (3) uma vasta área protegida pela segunda linha de muralhas (Fig. 4).

Na primeira, se observarmos a área correspondente ao topo NE do castelo apercebemo-nos da eventual existência de um pequeno recinto fechado com restos de habitações e um poço de secção quadrada. Entra-se para este recinto por uma porta, cujas cantarias foram retiradas em tempo, definindo claramente uma passagem guardada.

Não podemos, a esta altura das investigações, assegurar que se trata de vestígios de construções islâmicas, ou se correspondem às posteriores ocupações, ainda em época medieval, desta fortificação, ou ainda se será uma recriação das ruínas efectuada por D. Fernando II. Esta última hipótese parece-nos abusiva, uma vez que quando este monarca aforou o castelo se comprometeu a reedificar a ruína sem alterar a sua traça original (BARRETO, 1888).

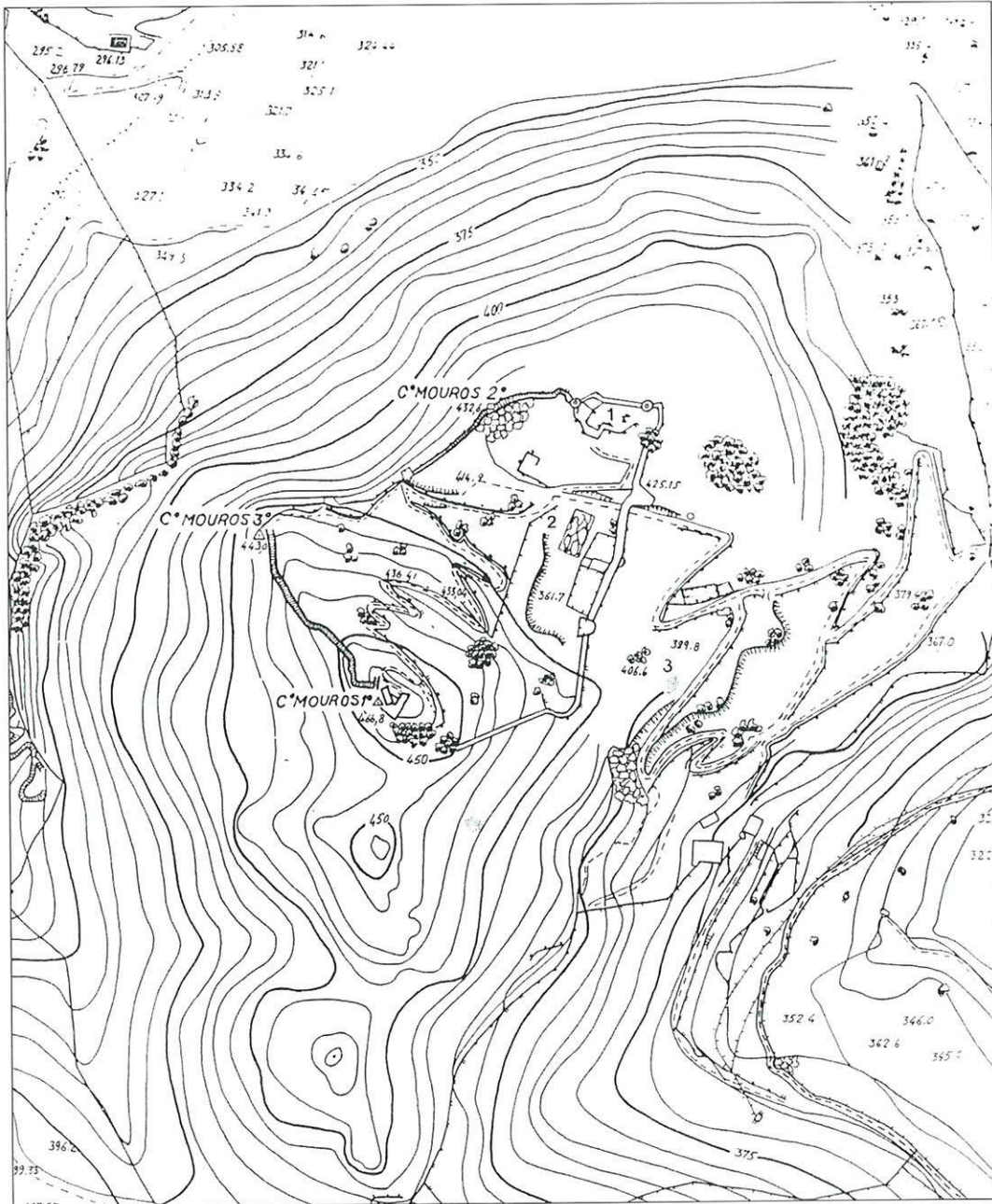


Fig. 4. Planta do Castelo dos Mouros, Esc. 1: 2000

Quanto ao espaço central do recinto amuralhado, verificámos, como já se disse, que a cisterna se encontra junto à actual entrada, havendo ainda (não sabemos a sua originalidade) um sistema de captação de água com pequenos tanques/bacias e “tubagem” respectiva que conduziriam a água à cisterna atrás referida.

As duas casas arruinadas existentes correspondem, eventualmente, a habitações modernas ou mesmo contemporâneas, cujos alicerces poderão corresponder, talvez, a fundações mais antigas.

Analisando a microtoponímia do local, registamos que o termo Calaferrim – que na documentação

medieval precede o topónimo Canaferrim – encerra em si mesmo mais alguns contributos para tentar aferir a cronologia do Castelo de Sintra. Para alguns autores que se têm debruçado sobre esta matéria a associação deste topónimo à existência de uma estrutura defensiva é evidente.

Segundo A. H. Oliveira Marques, o topónimo *Calaferrim*, constituído pelo prefixo *qal'a*, está intimamente relacionado, quer com a área onde a fortificação se encontra implantada, quer com a própria estrutura em si (MARQUES, 1993). O caso específico de *-ferrim* é ainda controverso, podendo relacionar-se, quer com ferragial (terreno com ferro, mineral

que aliás existe em abundância nesta área da Serra de Sintra), ou com forragem, pasto para gado.

Contudo, concentrando-nos, especificamente, no prefixo *qal'a* e recorrendo a Acién Almansa (1992: p. 140), obtemos a indicação de que estes topónimos aparecem muitas vezes utilizados como sinónimos de *hisn* e relacionados, na generalidade, com fortalezas de grandes dimensões, particularmente inacessíveis. Trata-se de um dos topónimos mais cedo utilizados e para o autor "... una de las formas del primitivo asentamiento de la población árabe, e independientemente de la posterior evolución de los topónimos (...), su posterior identificación con *husun* o *modun*, como apareceu en las fuentes, el que se llama así a una fundación califal: Qal'at Jalifa (Calatalifa)..." (ACIÉN ALMANSA, 1992: p. 141). Outros exemplos citados são os casos de Calatayud e Calatrava. Por outro lado, também, Joaquim Vallvé (1986: p. 233) refere que "cuando la ciudad constituía una auténtica plaza fuerte y protegía con sus importantes defensas su entorno, recibía entonces el nombre de *qal'a*, plural *qilā'*, que ha pasado a tantos topónimos de la Península bajo la forma de *alcala'*". Não será este o caso, mas pensamos que há que considerar mais esta hipótese interpretativa.

No entanto, não podemos deixar de referir que este mesmo autor alerta para a existência de uma série de topónimos com o prefixo "*cala*" que corresponderão a fundações mais antigas, nomeadamente pré-romanas. Não esqueçamos que "*cala*" designava igualmente, nas línguas pré-latinas, uma povoação em local elevado ou rochedo escarpado. Contribuindo para afirmar esta última tese, identificaram-se recentemente vestígios materiais da Idade do Ferro, recolhidos no decorrer das escavações efectuadas no Sítio Arqueológico de São Pedro de Canaferrim, Castelo dos Mouros.

Em 1993, na sequência das escavações arqueológicas levadas a cabo por Teresa Simões, visando o estudo da implantação de comunidades do Neolítico antigo na Estremadura, foram postas a descoberto evidências arqueológicas da ocupação muçulmana do Castelo dos Mouros. Realizaram-se posteriormente mais duas campanhas, nesta mesma vertente do castelo, cujos resultados permitiram observar que, relativamente à percepção da dispersão dos vestígios estruturais e materiais associados à ocupação islâmica desta área, se regista a continuidade da presença de estruturas escavadas para armazenamento. Tal facto revela a utilização desta área como um espaço especializado para o depósito de alimentos. Por outro lado, a identificação de vários troços de muros inter-relacionados denuncia a existência de uma estrutura habitacional propriamente dita. Como já havia sido observado anteriormente, esta vertente, virada a sul e protegida dos ventos dominantes pri-

vilegia a edificação de habitações e a consequente conservação de alimentos, intimamente, relacionada com as estruturas dos silos.

Os fragmentos cerâmicos constituem o maior conjunto de materiais recolhido durante a intervenção em análise. Os estudos preliminares permitem registar a presença de fragmentos de cerâmica de cozinha – panelas e frigideiras –, de conservação e armazenamento de alimentos – potes, bilhas e talhas de mesa – taças e pratos decorados, nomeadamente, a verde e manganês, bem como alguns vestígios de corda seca parcial – e de construção – telhas simples e digitadas –, claramente associados à ocupação islâmica do sítio. Foi, precisamente, nesta área arqueológica que se exumaram os três exemplares de armaria patentes no catálogo da exposição "Pera Guerrejar: Armamento medieval no espaço português".

A existência de uma fortificação que exerce simultaneamente funções de defesa e controle sobre um território vasto, essencialmente agrícola, revela a principal razão de ser do Castelo dos Mouros, em Sintra, durante, pelo menos, cerca de quatro séculos, isto é, desde a sua fundação até momentos imediatamente posteriores à Reconquista (Fig. 5).

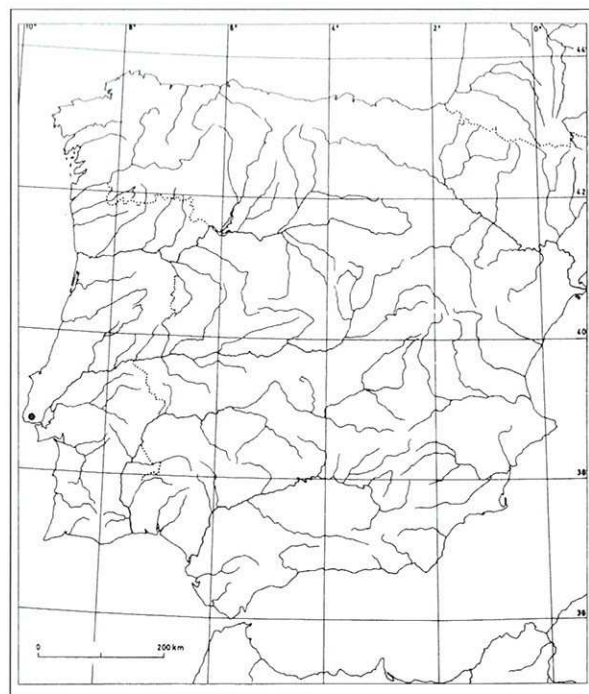


Fig. 5. O Castelo dos Mouros na Península Ibérica, base cartográfica: Gonçalves, 1989: p. 26

A situação estratégica do Castelo de Sintra, a par com a sua riqueza natural, destaca-se pela existência da serra isolada numa paisagem relativamente plana, nos arredores do estuário do Tejo. De facto, em dias de extrema visibilidade, é possível observar Lisboa e o castelo, o rio Tejo, Almada e, ainda, Palmela. Para

Norte, estende-se todo um território agrícola até Mafra. Diversos trabalhos arqueológicos, quer ao nível da escavação, quer da prospecção, realizados em sítios de reconhecida ocupação romana, nomeadamente *villae*, distribuídos pelos clássicos *agri olisiponenses*, revelaram uma lata cronologia na utilização do espaço rural. Não esqueçamos que Acién Almansa aponta que a maior parte do povoamento do vale do Guadalquivir se reúne em núcleos urbanos ou em aldeias desenvolvidas a partir das *villae* baixo-imperiais. Há, ainda, a adicionar que, nas zonas submetidas por capitulação, os cristãos conservam a posse das terras, pelo que podemos ver aqui uma das evidências arqueológicas do território de Sintra, através da anteriormente referida identificação de materiais islâmicos em *villae* romanas dos *agri olisiponenses*. Por outro lado, a presença muçulmana está também confirmada nas escavações arqueológicas realizadas em Colares, onde foi revelado algum espólio cerâmico claramente islâmico (séculos X-XI), proveniente de silos entulhados.

Sintra e o seu termo integram-se, desta forma, claramente num dos cinco territórios geo-históricos do Garb al-Andalus (TORRES, 1992). Identificada por Al-Bakri, no século XI, como uma das oito cidades mais importantes do Garb al-Andalus, Sintra comportava no seu termo Cascais, porto marítimo por excelência que viria a ser desvinculado daquele território através da Carta Régia de 1364, e parte de Mafra (MARQUES, 1988).

Contudo, as fontes islâmicas não são unânimes nas referências feitas ao estatuto administrativo de Sintra. Se para Al-Razi, Sintra é apresentada na dependência de Lisboa, para Al-Maqdîsî é uma localidade importante, considerada mesmo um lugar central de um distrito. Para Ibn Hawqal será Sintra e não Lisboa o ponto de referência que delimita o extremo ocidente do al-Andalus.

Pela análise destas fontes, Christophe Picard sugere que, no século X, Sintra seria um importante centro populacional que, no entanto, não estaria confinado ao castelo, pelas suas reduzidas dimensões, pelo seu difícil acesso e por ser longe das zonas agrícolas. Ou seja, este autor destaca a vila como o importante núcleo urbano de Sintra.

Segundo Stéphane Boisselier, a Marca Inferior organiza-se depois de 930, em torno de Badajoz, passando este centro então a funcionar como base para as expedições ofensivas, ainda que nesta época a fronteira islamo-cristã se localize numa área mais setentrional. Para o mesmo autor, a estruturação tribal e os contextos culturais das fronteiras podem explicar a tendência para a insubmissão política. Mas a distância das Marcas relativamente aos centros de poder constitui, igualmente, um factor deci-

sivo. A área de Lisboa-Santarém aparece marginalizada até ao século XI, dando origem a uma zona de refúgio e propícia a revoltas.

Para alguns autores (MARQUES, 1993), poderá mesmo ter ocorrido, esporadicamente, uma *Kura* em Sintra, no século X, relacionada com a existência de um bispado – dependente de Mérida, de acordo com a Divisão de Constantino –, por volta de 974, cuja fundação, segundo os autores islâmicos, terá ocorrido no século IV.

Assim, podemos, eventualmente, pensar na formação de um *Iqlim*, em Sintra, que abarcaria Cascais e Mafra nos limites do seu termo. Segundo Stéphane Boisselier (1996: p. 48), Ibn Hayyan descreve a *Kura* de Lisboa como sendo formada pela cidade capital e a montanha vizinha – que Boisselier avança ser Sintra – e os *Hawz/s* periféricos, que constituem circunscrições distintas da jurisdição própria de Lisboa. Conclui que nos casos particulares dos territórios urbanos existem indícios que levam a pensar que a figura de *Iqlim* em torno das grandes cidades poderá corresponder à área sobre a qual o aglomerado exerce um controle económico e espacial. Refere, ainda, pela observação de várias realidades peninsulares, que esta mesma área espacial se define por poucos quilómetros, jamais superiores à dimensão de um território castral.

A confirmar esta hipótese teríamos a própria definição de *Iqlim*, como comarca natural que seria caracterizada pelas suas condicionantes geográficas. No caso vertente poder-se-ia pensar na excepcionalidade que a região de Sintra, nomeadamente a Serra, exerce relativamente aos territórios circundantes.

A quebra de uma coesão cultural e política acentuou a facilidade da reconquista cristã. Assim, em 1093, o soberano de Badajoz, sob a pressão almorávida, entrega a Afonso VI de Leão a linha do Tejo – Lisboa, Santarém e Sintra. A reconquista almorávida será quase imediata (1094), muito embora o centro de decisão já se encontre no Norte de África, acentuando, assim, a autonomia regional. Na Primavera de 1109, Sintra é assaltada por Sigurd, príncipe norueguês, e pela mesma altura sofre um ataque do Conde D. Henrique. Em 1147, e nas palavras atribuídas ao Cruzado Osberno “os de Sintra entregaram ao rei, depois de rendida a guarnição do seu Castelo” (OLIVEIRA, 1989: p. 78).

A partir da reconquista, a importância da comunidade islâmica de Sintra continuará a ser destacada, uma vez que, ainda, no reinado de D. Dinis se faz referência, num documento de Chancelaria, aos mouros forros de Colares, acontecendo o mesmo posteriormente, de acordo com testemunhos que temos vindo a observar em documentação medieval de contratos de compra e venda de propriedades.

BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, M. (1985) – “La Fortificación en Al-Andalus”. *Archeologia Medievale*. XXII, pp. 7-36.
- ACIÉN ALMANSA, M. (1992) – “Poblamiento y fortificación en el sur de Al-Andalus. La formación de un país de Husun”. *II Congreso de Arqueología Medieval Española (Oviedo, 1989)*. Oviedo, pp. 135-150.
- ACIÉN ALMANSA, M. (1995) – “La islamización del SE de Al-Andalus. Los datos arqueológicos”. *Acculturation e Mutamenti. Prospettive nell'Archeologia Medievale del Mediterraneo*. Enrica Boldrini e Riccardo Francovich, eds., *VI Ciclo de Lezioni sulla Ricerca Applicata in Archeologia (Certoza de Pontignano (Si) – Museo di Montelupo (Fi), 1-5 marzo 1993)*. Firenze: Edizioni All'Insegna del Giglio, pp. 13-28.
- AMARO, C. (1992) – “Silos medievais no Palácio Nacional de Sintra”. *Arqueologia Medieval*, n.º 1. Porto: Edições Afrontamento, pp. 111-124.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1982) – “Memórias Paroquiais de 1758”. *Velharias de Sintra*. Sintra. IV, pp. 139-187.
- AZUAR RUIZ, R. (1989) – *La Rabita califal de las Dunas de Guardamar*. Alicante: Disputación Provincial de Alicante.
- BARRETO, A. G. (1888) – “Antiguidades romanas do Termo de Sintra”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívís e Archeologos portugueses*. Série II, vol. 6, pp. 9-25.
- BAZZANA, A.; CRESSIER, P. et GUICHARD, P. (1988) – *Les Chateaux ruraux d'Al-Andalus. Histoire et Archéologie des Husun du Sud-est de L'Espagne*. Madrid: Publications de la Casa de Velázquez (Série Archéologie XI).
- BERMÚDEZ CANO, J. M. (1995) – “La forma construtiva de herradura: su función en las obras de infraestructura Hispano-Musulmana (puentes e acuedutos)”. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 6, pp. 239-264.
- BOISSELIER, S. (1996) – *La vie rurale entre la Tage et Guadiana de L'Islam à la Reconquete (Xe-XIVe siècles)*. These de Doctorat présenté a l'Université de Nantes, Faculté des Lettres et Sciences Humaines (policopiado).
- CARVALHO, S. L. de (1987) – “A presença árabe em Sintra durante a Idade Média”. *História*. Lisboa. 101, pp. 82-94.
- CATARINO, H. (1988) – *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental*. Texto policopiado de apresentação das provas de aptidão pedagógica à Universidade de Coimbra.
- CATARINO, H. (1997/98) – “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados”. *Al-Ulyā*, n.º 6, vols 1 a 3. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, pp. 5-1306.
- COELHO, A. B. (1986) – *Comunas ou Concelhos*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- COELHO, A. B. (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*. 2 vols. Lisboa: Editorial Caminho.
- COSTA, F. (1976) – *O Foral de Sintra.(1154)*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- EPALZA, M. (1991) – “Espacios y sus funciones en la ciudad árabe”. *La Ciudad islámica. Ponências y comunicaciones*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, pp. 9-30.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1994) – “Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)”. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, pp. 85-102.
- GOMES, R. V. (1988) – “Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves”. *Xelb*. Silves. 1.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: I.N.I.C., 2 vols. Tese de Doutoramento.
- MACHADO, J. P. (1940) – *Sintra Muçulmana*. Sintra: Imprensa Nacional.
- MACHADO, J. P. (1967) – *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*. 2.ª ed., vol.s 1 a 3. Lisboa: Confluência.
- MARQUES, A. H. de O. (1988) – *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, A. H. de O. (1993) – “O "Portugal" Islâmico”. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., eds. – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 2, pp. 117-249.
- OLIVEIRA, J. A. de, trad. (1989) – *Conquista de Lisboa aos Mouros: Carta de um cruzado inglês que participou nos acontecimentos*. Lisboa: Livros Horizontes.
- PICARD, C. (1986) – *Le Garb Al-Andalus. Étude régionale d'après des sources littéraires et archéologiques*, Tese de doutor. III^e Cycle, Université de Paris IV – Sorbonne (policopiado).
- PAVÓN MALDONADO, B. (1993) – *Ciudades y fortalezas luso-musulmanas. Crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Madrid: M.A.E. Agência Española de Cooperación Internacional (Cuadernos de Arte y Arqueología, 5).
- RODRIGUES, S. (1990) – “Silos medievais de Caparide”. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 9, pp. 63-74.
- SILVA, J. C. V. da (1995) – *Paços Medievais Portugueses. Caracterização e evolução da habitação nobre (sécs. XII a XVI)*, 2 vol.s. Lisboa: Asa/I.P.P.A.R.
- TORRES, C. (1992) – “O Garb al-Andalus”. In MATTOSO, J., ed. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1, pp.360-437.
- VALDÉZ FERNÁNDEZ, F. (1995) – “Arqueología en Extremadura: 10 años de descubrimientos”. *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. IV, pp. 265-296.
- VALLVÉ, J. (1986) – *La División territorial de la España Musulmana*. Madrid: C.S.I.C.

